

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



ATA

2.ª Reunião da Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (2023-2026)

10.fevereiro.2024
10h00 – Videoconferência

No dia 10 de fevereiro de 2024, reuniu a Assembleia de Delgados da Ordem dos Arquitectos (AdD), para a sua 2.ª reunião, do mandato 2023-2026, reunião de caráter ordinário, em formato telemático, através da plataforma zoom.

- **Participaram na reunião os seguintes Delegados:** Ana Bastos, António Maria Costa, Bernardo Amaral, Carla Vieira, Alexandre Ferreira, Carlos Antunes, Daniel Carrapa Dias, Décio Ferreira, Duarte Caldeira e Silva, Francisco Domingos (em substituição de Nuno Freitas) Francisco Freitas, Igor Espínola França, João Cravo, João Paulo Bessa, Jorge Teixeira, Jorge Toscano, José Luís Fernandes, Mário Martins, Marta Falcão, Patrícia d'Andrade, Paulo Pardelha, Paulo Pisco, Pedro Queiroz (em substituição de Ana Nascimento), Renato Costa, Sérgio Antunes, Susana Rato e Teresa Novais.
- **Não participaram** Pedro Crisóstomo que justificou a ausência.
- **Foram convidados** e estiveram presentes a Vice-Presidente do Conselho Diretivo Nacional (CDN), Paula Torgal e o Tesoureiro do CDN, António Laúndes
- **Participaram ainda**, o assessor jurídico da AdDel, Dr. Bernardo Pinheiro e a responsável pelo secretariado administrativo, Fátima Marques.

Ordem de Trabalhos:

- Aprovação da Ata da 1ª AdDelegados, realizada em 25nov2023;
- Discussão e votação do Plano Geral de Atividades e Orçamento da OA relativo ao exercício de 2024.

O Presidente, Jorge Teixeira - constatando haver quórum, deu início à reunião, pelas 10 horas e 15 minutos. Cumprimentou e agradeceu a presença de todos e solicitou autorização para a gravação da reunião, ao que ninguém se opôs.

Informou que o Presidente do CDN do Presidente, Avelino Oliveira, não iria estar presente na reunião, devido ao falecimento de um familiar próximo, e apresentou em seu nome e da Assembleia as condolências ao Arqº. Avelino Oliveira, extensível a toda a sua família.

Ponto 1. Aprovação da Ata da 1ª Assembleia de Delegados

Seguidamente, o **Presidente**, informou que não houve quaisquer pedidos de correção à proposta de Ata, previamente enviada, e questionou se alguém pretendia, ainda, apresentar algum comentário e/ou alteração.

João Paulo Bessa - solicitou a palavra para questionar se poderia votar ou em que moldes o faria, visto ter estado presente na reunião só da parte da manhã; Igor França comentou que esteve na mesma situação e que, por isso, pretendia o mesmo esclarecimento.

Dr. Bernardo Pinheiro - esclareceu que votariam normalmente, referente à parte em que estiveram presentes.

Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação a **Ata da 1ª reunião da AdDelegados** a qual foi **aprovada por Unanimidade.**

Ficando registado em ata que João Paulo Bessa e Igor França referiram que o seu voto (favorável) diz respeito apenas ao período (da manhã) em que estiveram presentes na reunião. De referir, ainda, que não participaram na votação da Ata os Delegados: Teresa Novais, José Luís Fernandes, Francisco Domingues e Pedro Queiroz, por não terem estado presentes na reunião a que se refere o documento.

Ponto 2. Discussão e Votação do Plano Geral de Atividades e o Orçamento da OA relativo ao exercício de 2024

O Presidente da AdDelegados, deu as boas-vindas à Vice-Presidente do CDN Paula Torgal, em substituição do Presidente do CDN, pelos motivos já referidos, e ao Tesoureiro, António Laúndes, ambos convidados para este ponto da ordem de trabalhos. Sendo-lhes dada a palavra, respetivamente, para fazerem a apresentação do Plano de Atividades e do Orçamento para o ano 2024, e por fim prestarem os esclarecimentos e responderam às dúvidas colocadas pela Assembleia, sobre este ponto.

Paula Torgal – tomou a palavra e começou por apresentar cumprimentos à Mesa e a todos do Delegados presentes, bem como deixar uma palavra de solidariedade e amizade para com o Presidente da Ordem, Avelino Oliveira, neste momento difícil.

De seguida, expressou os seus agradecimentos aos funcionários da Ordem, aos colegas do CDN e aos colegas das Secções por terem feito um esforço significativo na elaboração do PAG e Orçamento pronto e aprovado em CDN, já no início de Fevereiro, apesar de toda a atual conjuntura de Ordem com diversas situações e questões prementes, como a aprovação do novo Estatuto, a lei do Simplex e todo o trabalho desenvolvido para esclarecer os membros e a sociedade em geral, entre outros, apesar dos prazos limitados de resposta, sublinhando que foi realmente um enorme esforço para em tão curto espaço de tempo conseguirem ter este documento ambicioso, com muitas intenções e que reflete as aspirações que este CDN pretende para a Ordem dos Arquitectos.

Explicou a metodologia e estrutura do documento, abrangendo desde o seu enquadramento, até ao plano temporal de execução, a assessoria técnica e operacional, incluindo os planos de atividades das Secções e o Orçamento, no final do documento. Destacou estratégias e assuntos relevantes, identificando as situações mais pertinentes, nomeadamente o Congresso, da intenção deste acontecer em 2025 e não no final do mandato, com o intuito de dar tempo para refletir sobre os assuntos discutidos e as suas conclusões; mencionou as maiores alterações que irão acontecer devido a aprovação do novo Estatuto, como a criação do novo Órgão de Supervisão e a sua constituição e a figura do Provedor dos destinatários dos serviços, bem como as mudanças nos Colégios, e a criação de novos Colégios, as questões sobre a transição digital/BIM, mobilidade e sustentabilidade, internacionalização dos serviços de arquitetura; e criação também de novas comissões interprofissionais, fundamentais, e ligadas com a profissão da Arquitectura, e de Grupos de trabalho sobre os honorários, seguros, legislação, BIM etc. Referiu ainda as relações com diversas entidades, iniciativas e eventos a nível nacional e internacional. Chamou a atenção, para o árduo trabalho que será o de rever todos os Regulamentos e normas assim como a criação de novos regulamentos, devido à implementação do novo Estatuto da OA, a entrar em vigor no próximo dia 1 de abril. Seguidamente, passou a palavra ao Tesoureiro para apresentar o ponto 3.

António Laúndes – falou sobre o ponto da Organização e Recursos Humanos, dando diversas explicações sobre a organização e serviços, os serviços comuns e serviços partilhados da Ordem, os primeiros mais sobre a alçada do CDN e os serviços partilhados entre as diversas SR, chamou a atenção para a gestão financeira e da necessidade de coordenação com os outros 7 tesoureiros regionais, sobre os recursos humanos e financeiros de modo a serem analisados para virem a sistematizar a Ordem num todo, nomeadamente a nível de carreiras e salários.

Sobre os serviços da Ordem de apoio aos membros, salientou que já conseguiram implementar algumas novas medidas e a seu tempo irão também ter conhecimento de outras iniciativas e melhoramentos tanto a nível do Portal, do site, como de outros meios de ligação à Ordem. Destacou o melhoramento dos serviços de apoio jurídico e apoio à prática profissional, de modo a que, sem perderem autonomia, seja possível que para um mesmo assunto/questão seja dada uma só resposta e não 7 ou 8 diferentes. Referiu também a possibilidade de passar a existir uma calculadora de honorários, entre outros melhoramentos e upgrades.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Paula Torgal – Salientou a criação do Gabinete de apoio ao Jovens Arquitectos, que se espera estar implementado em breve, de modo a poder apoiar os jovens Arquitectos em início de carreira. Igualmente importante, informou que todas as certidões específicas emitidas pela Ordem irão passar a constar na Cédula Profissional, com todas as valências de cada membro.

Passou a palavra a António Laúndes para falar sobre a Encomenda e Concursos

António Laúndes – referiu que este assunto lhe é muito caro e fez pressão para que o mesmo constasse do PGA, salientando que seria importante que o CDN chamasse a si este assunto de modo a encarar a encomenda num sentido geral, sendo mais proativo nessa abordagem e não só reativo, como tem acontecido até ao momento. Dado este ser um assunto transversal a diversos serviços da Ordem, será um projeto ambicioso, mas exequível, pelo que solicitou e agradeceu antecipadamente o apoio e contributo de todos para que este assunto avance.

Paul Torgal – falou sobre a formação profissional, referindo que conseguiram conceder aos membros, de forma gratuita, uma formação em BIM, a qual está a ter muita aderência. Referiu ainda sobre a Educação em Arquitectura, afeto ao PNAP, que incluiu uma formação também para professores e alunos desde o 1º ciclo. Salientou ainda alguns aspetos referentes à comunicação e marketing, sobre o site, o portal e o Boletim.

António Laúndes - disse, especificamente, sobre o Jornal de Arquitectos que este tem um impacto financeiro muito pesado nas contas da Ordem, devendo analisar-se a quem é que realmente o JA consegue chegar, visto que muitos dos jornais acabam por ser devolvidos e há outros que não chegam aos membros. Assim, o CDN reuniu com o Conselho Editorial e chegaram a um acordo na redução da tiragem e a de tentar concentrar os números que faltam produzir. Também será solicitado aos membros que queiram receber o JA que o digam explicitamente, e que especifiquem onde devem recebê-lo, no sentido de se diminuir custos. Todavia, terá de se encontrar um ponto de equilíbrio entre como o JA tem sido produzido e como será no futuro para que este seja consentâneo com os custos.

O Tesoureiro, **António Laúndes** – acerca das Sedes da Ordem, mais concretamente sobre a Sede Nacional/LVT, referiu que esta apresenta problemas de degradação que precisam de ser resolvidos, pelo que será feito um levantamento das reais necessidades e patologias. Informou que já existe um fundo de reserva para esse fim, que já vinha do anterior mandato, e que será estudado como se irão articular de modo a serem realizadas as obras de recuperação da Sede. Mencionou, ainda, alguns eventos e iniciativas, essencialmente o Habitar Portugal e os 50 anos do 25 de Abril, entre outros.

Paula Torgal – por fim, destacou mais algumas iniciativas que irão decorrer em breve, nomeadamente o "Festival New European Bauhaus", que irá acontecer no Fundão, em abril, Encontros da Administração Pública, e ainda alguns novos Prémios de Arquitectura, para além daqueles que já são do conhecimento geral.

Terminada a apresentação do PGA, o **Presidente da Mesa, Jorge Teixeira** – Propôs, caso todos concordassem que de seguida fosse feita a apresentação do Orçamento e no final das 2 apresentações, seria aberto um período de debate para esclarecimento de dúvidas e apresentação de comentários e contributos.

António Laúndes - retomou a palavra para apresentar o **Orçamento da Ordem dos Arquitectos** para o ano de 2024, conforme o documento previamente enviado a todos os Delegados. Referiu que o Orçamento Geral incorpora, não apenas o Orçamento do Conselho Diretivo Nacional e órgãos nacionais, mas também os orçamentos das sete Secções. Referiu a metodologia para a sua elaboração, baseada nos Princípios Orientadores do Orçamento e no Protocolo de Repartição de Quotização, previamente apresentados e aprovados na 1ª reunião da Assembleia de Delegados. Seguidamente, lembrou que o Protocolo de Repartição de Quotização, fundamentado no ROFERLOA, que distribui os membros por regiões, e em que algumas, por falta de membros não atingem os 5% das quotas, necessário para a sua existência, exigindo esforços orçamentais para equilibrar as percentagens. Destacou a preocupação levantada pelos Açores, pois

ao contribuir com os 30%, necessários ao funcionamento dos Órgãos Nacionais, visto não ter membros, essa percentagem cedida por cada uma das Secções, a sua percentagem desce para 3,6%, levando-os por isso a votar contra o orçamento.

Explicou ainda as diversas percentagens e as respetivas repartições de receitas em conformidade com os quadros apresentados no documento, considerando os serviços comuns e serviços partilhados, tais como a admissão e a formação integralmente regionais.

Abordou as complexidades de se elaborar um orçamento de base zero, mas por outro lado tem diversas camadas de proteção. Destacou ainda a criação, por decisão unânime do CDN, de uma bolsa de coesão para mitigar assimetrias entre secções, financiada por patrocínios e, dando o exemplo de um patrocínio, em que 85% deste fica na Secção que angariou e os restantes 15% são colocados na Bolsa de Coesão, e no final serão distribuídos igualmente pelas 7SR's+ CDN.

António Laúndes, também destacou os quadros de receitas e gastos por Secção, ressaltando valores específicos, e mencionou alguns dos Anexos no orçamento, nomeadamente o anexo 2 Investimentos – mencionando que algumas Secções Regionais (SR) enfrentaram dificuldades na concretização de seus orçamentos. Após discussões, foram permitidos diversos investimentos desejados pelas SRs. Foi avaliado o tempo necessário para a amortização desses investimentos, estabelecendo taxas e valores a depreciar. Algumas dessas depreciações começarão apenas em junho, ou seja, seis meses depois, considerando o esforço na preparação desses investimentos.

Salientou ainda que todos os salários dos funcionários foram ajustados para os valores de 2024, sendo que última atualização datava de 2022. Irão ser analisadas as questões relacionadas com as carreiras, na tentativa de uniformizar os salários e os escalões de todos os funcionários, em toda a Ordem. Informou também que, em CDN, foi deliberado que os membros dos órgãos possam auferir um valor simbólico por presença e participação em reuniões, não configurando como uma remuneração, mas como uma senha de presença, pois estes valores estão tabelados, havendo valores diferentes para os Presidentes e para os restantes vogais, bem como para participações presenciais e participações on-line. Estas medidas advêm do novo Estatuto.

Destacou os Anexos 4 e 5 e explicou alguns quadros referentes a gastos e receitas dos Órgãos, diversas atividades, o Congresso e o Fundo de Reserva existente, bem como os valores que têm sido transferidos anualmente. Este ano, o valor total que a Ordem se baseou para avançar com o presente orçamento é de 767 mil euros, saldo proveniente dos resultados totais de 2023.

Relativamente ao Anexo 6, este existe de propósito, sendo importante que conste neste Orçamento.

Em conclusão, apresentou um panorama abrangente do orçamento, destacando desafios e medidas tomadas para promover o equilíbrio e equidade entre as secções.

Terminado, colocou-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas que os membros da AdDel tivessem.

Jorge Teixeira, agradeceu as apresentações e solicitou que quem tivesse questões se inscrevesse através do "chat" e foi aberto o debate em que participaram:

Alexandre Ferreira – mencionou que o PGA é ambicioso, possuindo uma dimensão plurianual, considerando que tal é muito positivo. Conhecendo o programa eleitoral, observou que há uma conexão entre o programa e o PGA, o que faz com que o programa eleitoral não pareça apenas "letra morta". Salientou três medidas importantes, referidas no PGA: o apoio à carreira de arquiteto, a conexão com a Autoridade da Concorrência e o IMPIC, duas instituições fundamentais, e o apoio à prática profissional, destacando a importância do cálculo de honorários, do planeamento e monitorização da profissão, assuntos esses que considera relevantes e que também devem ser abordados no contexto europeu, para entendermos nossa integração.

Relativamente ao Orçamento, ao comparar com o orçamento de 2019/2020, mencionou que estamos utilizando os fundos de forma parcimoniosa, apesar de um crescimento significativo de 25% e que tal permitirá encarar o futuro de maneira mais tranquila e segura.

Concluindo, expressou o seu reconhecimento pela criação da Bolsa de Coesão, destacando-a como um reflexo de verdadeira solidariedade institucional entre as Secções e órgãos nacionais, visto que abdicar de

15% das receitas em prol de outros não é fácil, mas que demonstra o caminho certo para uma Ordem mais forte e coesa.

Teresa Novais – começou por cumprimentar todos e lamentou o motivo de ausência do Avelino Oliveira, considerou que este PGA é muito ambicioso, mas não é suficientemente hierarquizado e não podendo estar tudo sistematizado, não podemos ter a certeza de que elas vão ser realizadas, pois não se percebe quais são as ações mais urgentes a fazer. Não existe mal nesta ambição, mas por exemplo só o Ponto de Encomenda tem 19 alíneas, questionou como se vão realizar todas, e também ter dificuldade em ligar essas ações ao Orçamento, confia e vê o rigor destas questões de gestão que é um trabalho difícil, mas não se entende quanto custa determinada ação, não achando viável fazer algo com algum significado com algumas pequenas verbas conforme consta no Orçamento. Dando alguns exemplos como a reedição do Inquérito a Arquitectura Portuguesa, sem interesse na sua opinião pessoal e não continuarem o trabalho do IAPXX, ou relativo ao património que deveria ser classificado dos anos 60/70 e que se está a perder; pelo que não se sente confortável com este documento, pois deveria concentrar-se em menos ações, mas melhores. Deverá haver concentração e objetivos e grandes linhas orientadoras, pois nem tudo são prioridades. Concluindo dá os parabéns por conseguirem ter este documento pronto nesta altura, mas considera ser um documento enorme e demasiado descritivo, devendo ser mais sintético e claro.

Sérgio Antunes – cumprimentou os presentes e referiu-se ao JA, considerando que não devemos esquecer este vínculo histórico à Ordem criado pelo JA, independentemente do seu conteúdo, pois tem peso “o objeto chegar a casa”, e que deveria ponderar-se bem esta opção.

Carlos Antunes – referiu que está totalmente alinhado com a intervenção de Sérgio Antunes, mas a noção de eficácia devia estar plasmada num orçamento mais focado e em pontos estratégicos. A “Arquitectura é a sublimação do ato de construir”, por isso compete à OA continuar a editar o JA. Entende a necessidade de se conter os custos, mas o JA não deverá ser um peso, como referiu António Laúndes, pois este jornal que existe desde 1981, continua importante para a história da Arquitectura e deve-se continuar a investir nele.

Jorge Teixeira – apresentou uma nota sobre o JA, concordando com o relevo e interesse do Jornal para os Arquitectos, mas pondera que se discuta o seu formato, função e outras formas de chegar aos interessados.

António Laudes - Respondendo a estas intervenções e contributos, que agradeceu, disse que, na sua opinião, o PGA tem de ter densidade e ambição, sendo preferível fazer só metade do que se propuseram do que propor-se pouco. Mencionou que foi uma opção política e que o CDN, como órgão executivo, é a ele que cabe fazer e realizar estas atividades, mas que, no entanto, conta com a colaboração de todos, pois só assim será exequível.

Sobre o enquadramento das despesas PGA/Orçamento concorda que é bastante difícil enquadrar as despesas com as diversas atividades. Sobre o Jornal, esclareceu que não é intenção deixar de o enviar aos Arquitectos, apenas vão solicitar que cada Arquitecto indique especificamente se o quer receber e qual a morada exata para onde deve ser enviado, visto que há inúmeros exemplares que acabam por ser devolvidos. Há a ambição de ainda se fazer 3 números este ano, cumprindo o contrato atual.

Paula Torgal - respondendo a Teresa Novais e a todos, esclareceu que este PGA é plurianual ou mesmo trianual, fizeram este plano de atividade como sendo uma intenção desta nova direção e esclareceu que os timings existem e estão lá indicados.

Décio Ferreira – começou por endereçar um abraço ao Avelino de Oliveira, e família, agradeceu as apresentações e deu os parabéns pela explicação relativa ao Orçamento, mostrando a sua satisfação por, finalmente, termos um PGA alinhado aos custos, algo que nunca se fez antes. Também comentou sobre a questão temporal, que estas serão atividades para 2024, mas igualmente se poderão estender para os anos seguintes.

Solicitou uma explicação relativamente ao aumento de 25% da receita estrutural, e por se ter ultrapassado os 5 milhões, e o plano de aumentar a receita que vem das quotas, existindo para tal a intenção a que os Arquitectos com inscrição suspensa voltem a reativar as suas inscrições, mas questiona como pensam fazer isso. Indicou que concorda com a linha que se está a seguir. Questionou o Tesoureiro sobre a declaração de voto do Presidente do CDR-Açores, Nuno Costa, visto que a leu por diversas vezes e não entendeu o que ele

pretendia nem o objetivo da referida Declaração, se seria uma questão de receber mais dinheiro ou se considerava que a sua SR não tinha viabilidade. Por fim, questionou relativamente aos novos Estatutos e as alterações que este irá provocar, se contaram com este impacto no Orçamento.

Mário Martins – começou por apresentar as condolências ao Presidente do CDN, e quis dar uma nota prévia, sobre o recente falecimento do membro honorário e Colega o Arq^o. José Albuquerque Veloso, com uma longa e interessante carreira, um ativista quer na arquitetura quer na sociedade, participante do SAAL, entre outras participações importantes, e caso a Assembleia assim viesse a concordar, dar notícia desta perda, e enviar os pêsames à família ou algo que considerassem.

Sobre o PGA e o Orçamento, deu os parabéns pela apresentação e por todo o trabalho que foi realizado, trabalho este muito meritório, apesar de ter algumas dúvidas num ou noutro ponto.

Relativamente ao referido pela Teresa Novais sobre o património dos anos 50/60, o qual não tem sido tratado e protegido como deveria ser, chamou a atenção que esta situação vai ser completamente atropelada e ter consequências devastadoras com a entrada em vigor da nova legislação, que irá permitir a demolição de diversos imóveis e que competiria à Ordem refletir sobre este tema e contrariar esta situação urgentemente.

Mencionando a bolsa de coesão, considerou de louvar este princípio de solidariedade, mas existe uma questão que considera muito dispare e sem lógica que é a questão dos patrocínios e receitas extraordinárias, que deveria ser clarificada, e igualmente incentivar a que cada SR pudesse angariar e atrair patrocínios de forma estruturada.

Comentou igualmente não entender a declaração de voto do CDR-Açores, apesar de ter feito diversas contas. Terminou manifestando algumas reservas a este orçamento devido aos fatores apontados.

António Laúndes – respondendo a estas últimas intervenções, esclareceu o seguinte: sobre como pensam aumentar a receita estrutural sem aumento de quotas, referiu que isto já está a acontecer – por exemplo, através de uma protocolo com uma empresa de formação BIM, em que promoveram uma formação gratuita para os membros inscritos, com as quotas em dia, levou a que muitos arquitectos procedessem a diversos pagamentos e reativação de inscrições para poderem beneficiar da mesma. Pois será nestes moldes e em outras estratégias e dinâmicas que se irá tentar obter mais receita. Confirmou que neste orçamento já se encontra orçamentando algum do impacto derivado das alterações dos Estatutos, apesar de não na sua totalidade, uma vez que ainda não se tem uma ideia absoluta desses custos, mencionando que poderá vir a ser necessário fazer um orçamento retificativo em meados do ano.

Sobre os patrocínios e a bolsa de coesão, deu diversos esclarecimentos. Seguidamente, salientou que não se fez qualquer alteração aos orçamentos regionais, não o quis fazer e assume-as neste documento.

Sobre a questão dos Açores, explicou que compreende as dificuldades insulares, mas tiveram de encontrar soluções. Neste processo, ou se iniciava tudo do nada ou se continuava no modelo que já se encontrava em uso, e ninguém quis o modelo de começar do zero; esclareceu que a Secção dos Açores pretende ser igual a outras Secções, mas que não pode ser exatamente assim. Referiu os serviços partilhados, porque não faz sentido cada SR ter a total autonomia ou querer ser igual ao Norte ou a LVT e é, basicamente, o que a Secção dos Açores pretende.

Marta Falcão - tomou a palavra por considerar que falta neste PGA um programa de execução, diagramas de partida e chegada, tornando mais confortável o seu entendimento e que também facilitaria o trabalho de execução pelo CDN, propondo que no futuro deveriam ter em conta esta proposta.

José Luís Fernandes – mencionou que sobre a Declaração de voto dos Açores, esta teria sido mais esclarecedora se tivesse vindo acompanhada pelas atas do CDN, onde constasse o porquê de o Açores não concordarem com este Orçamento. Na sua opinião, este desconforto dos Açores, certamente, terá a haver com os custos da insularidade entre ilhas. Propôs que fosse elaborado um regulamento sobre os serviços partilhados e comuns, para evitar o desconforto geral das SR's e para que se conhecessem as regras exatas desses serviços. Considerou, ainda, importante a existência de normas de execução orçamental de modo a que as Secções tivessem uma noção de como as receitas e despesas se organizam.

Igor França – cumprimentou todos e esclareceu que apesar de não se encontrar mandatado pelo Arq^o. Nuno Costa, como Presidente da Mesa da Assembleia Regional dos Açores, sentiu a necessidade de prestar alguns esclarecimentos. Referiu que este desconforto já vem do anterior mandato e que não tem a ver com

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



o atual mandato, e, também, como referido, está relacionado com os custos de insularidade e a dispersão geográfica das nove ilhas dos Açores. A posição do Arqº. Nuno Costa manifesta-se igualmente por não concordar com a divisão das NUTS.

Destacou que os Açores têm diversas dificuldades e que não pode ser só avaliado pelo número de membros. Lembrou que a Secção Regional dos Açores não tem uma Sede. Propôs, caso a AdDel venha a considerar, numa futura reunião convidar o Arqº. Nuno Costa a estar presente e defender a sua posição, sublinhado que ele próprio corrobora com ela.

Jorge Teixeira - chamou a atenção no que se refere às NUTS, e por se encontrarem numa fase em que se irá fazer a revisão do ROFERLOA, será boa altura para tal vir a ser discutido e a ter em conta.

Alexandre Ferreira - comentando a intervenção de Igor França, sobre o número de membros e respetivas receitas, comparando algumas SR tais como Norte-Algarve e Açores, sublinhou que este assunto deverá ser discutido com mais calma e ponderação.

António Laúndes - respondeu às últimas intervenções, manifestou que compreende as dificuldades manifestadas pelos Delegados e que sobre o plano de execução, referido pela Marta Falcão, foi mostrado um quadro que consta do PGA com esta monitorização. Sobre o não envio das atas do CDN, informa que o referido na declaração de voto foram as razões apontados por Nuno Costa não votar favoravelmente o Orçamento. Relativamente às normas sobre serviços partilhados e comuns e outros, informou que estas normas estão a ser pensadas e trabalhadas e irão ser elaboradas.

As questões levantadas pelo Nuno Costa já vêm do anterior mandato, são questões que ele já conhecia previamente quando se recandidatou. Os princípios orientadores foram aprovados por unanimidade, por isso não faz sentido a posição do Presidente do CDR-Açores votar contra o Orçamento.

Disse ainda que se a AdDel considerar convidar o Nuno Coata, deveria igualmente convidar todos os restantes Presidentes do Diretivos Regionais, para então discutirem estes assuntos.

Após o debate e prestados todos esclarecimentos solicitados, não existindo mais dúvidas e encontrando-se todos em condições de votarem, o **Presidente Jorge Teixeira**, agradeceu a presença e os esclarecimentos de Paula Torgal e António Laúndes, ao que estes retribuíram o agradecimento, pelas intervenções e contributos, despediram-se e saíram da reunião.

Foram, de seguida, colocados à votação, em simultâneo, o **Plano Geral de Atividades** e o **Orçamento da OA relativo ao exercício de 2024**, que foram **aprovados por Maioria**,

- Com **dezasseis (16) votos a favor**;
- **Dois (2) votos Contra** de Igor França e Patrícia d'Andrade;
- **Nove (9) Abstenções** de Teresa Novais, Bernardo Amaral, Carlos Antunes, Sérgio Antunes, Susana Rato, Paulo Pardelha, Francisco Freitas, Mário Martins e Francisco Domingues.

Antes de dar por terminada a reunião, o **Arqº. Jorge Teixeira**, informou que em breve irá promover uma reunião com os membros do GT- Revisão Estatutária para dar início a este processo de revisão.

Assim, concluída a ordem de trabalhos e não havendo outros assuntos a debater, o teor da Ata sintética foi lido e colocado à votação pelo Presidente da Mesa da AdDel, tendo sido **aprovada por unanimidade** pelos delegados presentes (27) e subscrita pelo Presidente da Mesa.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Para terminar, o Presidente, **Jorge Teixeira**, agradeceu a presença e participação de todos e deu por encerrada a reunião às 14 horas e 20 minutos.

Da reunião foi lavrada a presente Ata que será aprovada em próxima reunião da Assembleia de Delegados e assinada pelo presidente e vice-presidente da Assembleia de Delegados.

Jorge Teixeira
Presidente da Mesa

Décio Ferreira
Vice-Presidente da Mesa